



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 46/XI/2.ª**

Aos cinco dias do mês de Abril de dois mil e onze, pelas quinze horas e trinta minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**1. Distribuição de iniciativas legislativas;**

**2. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**

**4. Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias, incluindo:**

- **COM(2011)79 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Directivas 89/666/CEE, 2005/56/CE e 2009/101/CE no que respeita à interconexão dos registos centrais, registos comerciais e registos das sociedades. Associados os seguintes documentos: SEC(2011)222 - Commission staff working document: impact assessment; SEC(2011)223 - Documento de trabalho dos serviços da comissão: resumo da avaliação de impacto - Relator - Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP);**
- **COM (2010) 747 - LIVRO VERDE: Reduzir os trâmites administrativos para os cidadãos: Promover a livre circulação dos documentos públicos e o reconhecimento dos efeitos dos actos de registo civil - Relator - Deputado João Oliveira (PCP);**
- **COM(2011)118 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) e a Convenção de aplicação do Acordo de Schengen - Relatora - Deputada Celeste Correia (PS);**
- **COM(2011)135 - Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1073/1999 relativo aos inquéritos efectuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999, Associado o SEC(2011)343 – Preliminary Draft: COMMISSION DECISION amending its Decision**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

(1999/352/EC/ECSC, Euratom) of 28 April 1999 establishing the European Anti-fraud Office - Relatora - Deputada Isabel Oneto (PS).

5. Discussão dos Projectos de Resolução n.ºs 306/XI/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo melhoria da qualidade dos Serviços de Justiça e de Segurança na Região Autónoma da Madeira" e 434/XI/2.ª (CDS-PP) - "Recomenda ao Governo Medidas no Sector da Justiça na Região Autónoma da Madeira.

6. Outros assuntos.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas, relativamente às quais foi deliberado não nomear Relatores, tendo em conta a iminente dissolução da Assembleia da República:

Projectos de Lei n.ºs:

- 610/XI/2.ª (CDS/PP) - *Terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro (Regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum);*

- 621/XI/2.ª (PS-PSD) - *Aprova o Regulamento Orgânico da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.*

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, para os efeitos do disposto no artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, dos Projectos de Resolução indicados no quadro infra, que também não seriam objecto de apreciação, tendo em conta a iminente dissolução da Assembleia da República:

557/XI/2.ª (CDS-PP)	<a href="#">Recomenda ao Governo que estude a possibilidade de introduzir um regime de residência fraccionada ou parcial</a>
562/XI/2.ª (CDS/PP)	<a href="#">Recomenda ao Governo a criação de mecanismos legais de forma a prevenir a venda e utilização de precursores químicos passíveis de se transformarem em explosivos</a>
570/XI/2.ª (CDS/PP)	<a href="#">Recomenda ao Governo que proceda à revisão da política de arrendamentos do Ministério da Justiça</a>



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

No segundo ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) apresentou os relatórios finais das Petições n.ºs 104/XI/2.ª e 105/XI/2.ª, respectivamente da iniciativa de Miguel Vital Andrade de Sousa e outros (num total de 41394 assinaturas), que *“Solicitam o fim da atribuição, antes dos 65 anos de idade, das pensões de reforma dos detentores de cargos públicos e políticos, bem como da sua acumulação”* e de Carlos Alberto dos Santos Monteiro e outros (num total de 4174 assinaturas), que *“Solicitam o fim da acumulação de pensões de reforma e aposentação e de salários”*, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Ainda neste ponto, o Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP) apresentou o relatório final da Petição n.º 90/XI/1.ª, da iniciativa de Miguel Lomba, que *Solicita a alteração do Regulamento Geral do Ruído, no sentido de ser fixado como valor máximo de ruído para espaços e estabelecimentos comerciais o limite de 55 dB*, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Filipe Lobo d’Ávila (CDS/PP) apresentou o relatório da iniciativa europeia *“COM(2011)79 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho que altera as Directivas 89/666/CEE, 2005/56/CE e 2009/101/CE no que respeita à interconexão dos registos centrais, registos comerciais e registos das sociedades. Associados os seguintes documentos: SEC(2011)222 - Commission staff working document: impact assessment; SEC(2011)223 - Documento de trabalho dos serviços da comissão: resumo da avaliação de impacto”*, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

Neste mesmo ponto, a Senhora Deputada Celeste Correia (PS) apresentou ainda o relatório relativo à *“COM(2011)118 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 562/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece o código comunitário relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) e a Convenção de aplicação do Acordo de Schengen”*, que foi aprovado unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Em seguida, a Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) apresentou o relatório relativo à “COM(2011)135 - Proposta alterada de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1073/1999 relativo aos inquéritos efectuados pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF) e que revoga o Regulamento (Euratom) n.º 1074/1999, Associado o SEC(2011)343 – Preliminary Draft: COMMISSION DECISION amending its Decision (1999/352/EC/ECSC, Euratom) of 28 April 1999 establishing the European Anti-fraud Office”, que foi aprovado unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, teve lugar a discussão dos Projectos de Resolução n.ºs 306/XI/2.ª (CDS/PP), que *Recomenda ao governo melhoria da qualidade dos serviços de Justiça e de Segurança na Região Autónoma da Madeira*; 434/XI/2.ª (CDS/PP), que *Recomenda ao Governo medidas no sector da Justiça na Região Autónoma da Madeira* e 483/XI/2.ª (PCP), que *Propõe medidas de melhoria do funcionamento do sistema judicial na Região Autónoma da Madeira* e 489/XI/2.ª (PCP), que *Recomenda ao Governo o reforço dos meios e instalações da Polícia de Segurança Pública na Região Autónoma da Madeira* (estes últimos a pedido do Grupo Parlamentar proponente, com a aquiescência dos restantes Grupos Parlamentares).

Os Projectos de Resolução deram entrada na Assembleia da República respectivamente em 5 de Novembro de 2010, em 25 de Fevereiro e em 23 de Março de 2011, tendo baixado à Comissão em 9 de Novembro de 2010, em 28 de Fevereiro e em 24 de Março de 2011, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Intervieram na discussão na Comissão os Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS/PP), Hugo Velosa (PSD), Ricardo Rodrigues (PS), António Filipe (PCP) e Correia de Jesus (PSD), que debateram o conteúdo dos Projectos de Resolução nos seguintes termos:

- Os Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS/PP) e António Filipe (PCP) justificaram os Projectos apresentados, que correspondiam às preocupações sentidas na Região Autónoma da Madeira relativamente a um conjunto de insuficiências no que toca aos meios das Forças de



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Segurança e dos Tribunais e que implicarão uma articulação entre o Governo e os Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público;

- O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) declarou a sua concordância com as matérias abordadas nos Projectos, que considerou muito importantes para a Região Autónoma, mas manifestou considerar de total ineficácia a sua apresentação neste momento da actividade parlamentar e de vigência de um Governo de gestão. Assinalou que o CDS/PP reiterava o seu método de submissão a discussão da Assembleia da República de matérias relativas à Região Autónoma, que visava mais a sua mediatização, através da publicitação na Comunicação Social, do que a sua utilidade, até porque não se poderia assegurar que o próximo Governo ficasse vinculado a esta recomendação. Considerou que nenhum Projecto de Resolução apresentado na presente sessão legislativa havia sido eficaz na resolução da situação da Madeira, mas declarou que votaria os presentes Projectos favoravelmente, pelo seu conteúdo, por versarem matérias que a Região Autónoma reclamava ver resolvidas;

- O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) considerou muito pertinente a matéria constante dos Projectos de Resolução, mas recordou que muitas comarcas passavam por dificuldades semelhantes, sendo certo que a maioria das questões suscitadas não se prendia com competências do Governo mas dos Conselhos Superiores da Magistratura e do Ministério Público. Acompanhou a consideração acerca da ineficácia da apresentação dos Projectos e do aproveitamento político que consubstanciava;

- Os Senhores Deputados Nuno Magalhães (CDS/PP) e António Filipe (PCP) contestaram as considerações políticas formuladas e reiteraram a convicção de que os Projectos visavam melhorar as condições de Segurança e de Justiça na Região Autónoma, mesmo que o actual Governo não tivesse já as condições plenas e imediatas para dar cumprimento às preocupações expressas, esperando que o próximo pudesse dar continuidade às recomendações. Sublinharam ainda a convergência de esforços que resultara na apresentação dos Projectos;

- O Senhor Deputado Correia de Jesus (PSD) associou-se à intervenção do Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e contestou afirmações do Grupo Parlamentar do CDS/PP sobre a alegada falta de liberdade de expressão na Região Autónoma da Madeira, dando exemplos do que considerou ser a realidade da Comunicação Social na Região.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Por fim, foram aprovadas por unanimidade as actas n.ºs 44/XI e 45/XI, correspondendo às reuniões de 29 e 30 de Março de 2011, na ausência do BE e do PEV.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 16 horas e 55 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 20-04-2011**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Luísa Roseira  
Manuel Seabra  
Maria Manuela Augusto  
Nuno Magalhães  
Oswaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
Carlos Peixoto  
Correia de Jesus  
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Maria do Rosário Carneiro

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira